

EDUARDO DANTAS

DIREITO MEDICO

6^a edição

REVISTA,
ATUALIZADA
E AMPLIADA

2022

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

 EDITORA



www.editorajuspodivm.com.br

1219197

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe Juspodivm

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 4.ª edição.

D192d Dantas, Eduardo.
Direito Médico / Eduardo Dantas – 6. ed. rev. ampl. e atual. – São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.
544 p.

ISBN 978-85-442-3875-2

1. Direito médico. I. Dantas, Eduardo. II. Título.

CDD 340.7

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Capítulo I

ASPECTOS HISTÓRICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA.....	53
1.1. Notas Introdutórias	53
1.2. O Direito Romano.....	58
1.3. A Influência Grega	61
1.4. O Direito Árabe.....	63
1.5. Origens no Direito Europeu: França e Espanha.....	64
1.6. A Evolução no Direito Brasileiro	71
1.7. Conclusões.....	74

Capítulo II

O EXERCÍCIO DA MEDICINA E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.	
ASPECTOS ATUAIS DO DIREITO BRASILEIRO E ESPANHOL.....	77
2.1. Notas Introdutórias	77
2.2. Definições Doutrinárias.....	81
2.3. Elementos de Direito Comparado: Paralelos ao Direito Espanhol.....	86
2.3.1. Aspectos da jurisprudência espanhola.....	88
2.3.2. A responsabilidade por produto defeituoso.....	93
2.4. Implicações Práticas da Aplicação do Código de Defesa do Consumidor à Atividade Médica.....	96
2.4.1. O dano moral. Fundamentos jurídicos e sua quantificação.....	96
2.4.2. A controvérsia sobre a inversão do ônus da prova.....	101
2.4.3. A publicidade, seus efeitos e consequências.....	103
2.4.4. Outros aspectos relevantes.....	108
2.5. As Alterações Legislativas Introduzidas pelo Novo Código Civil	111

2.6.	A Construção do Entendimento Jurisprudencial Brasileiro	114
2.7.	Conclusões.....	120

Capítulo III

DIFERENÇAS ENTRE O CONSENTIMENTO INFORMADO E A ESCOLHA ESCLARECIDA, COMO EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL NA RELAÇÃO MÉDICO X PACIENTE.....		123
3.1.	Notas Introdutórias	123
3.2.	A Bioética e o Princípio da Autonomia do Paciente.....	133
3.2.1.	Aspectos legais da autonomia do paciente no direito brasileiro...	135
3.3.	A Escolha Esclarecida e a Relação Médico x Paciente sob a Ótica do Código de Defesa do Consumidor.....	141
3.4.	Escolha Esclarecida e Dever de Informação	150
3.5.	Conclusões.....	152

Capítulo IV

O “CONSENTIMENTO PRESUMIDO”, A AUTONOMIA RELATIVA E AS INOVAÇÕES DA LEI DE TRANSPLANTES BRASILEIRA		157
4.1.	Notas Introdutórias	157
4.2.	Evolução Jurídica no Ordenamento dos Transplantes de Órgãos e Tecidos no Brasil.....	158
4.3.	A Lei nº 9.434/97 e o “Consentimento Presumido”	160
4.4.	Conclusões.....	165

Capítulo V

CONTROVÉRSIAS RELATIVAS À PRESCRIÇÃO DO ERRO MÉDICO		167
5.1.	Notas Introdutórias	167
5.2.	A Prescrição no Novo Código Civil.....	171
5.3.	A Relação Médico x Paciente Enquanto Relação de Consumo. A Prescrição na Lei nº 8.078/90	172
5.4.	Prazos Prescricionais Contra a Fazenda Pública	176
5.5.	A Prescrição no Processo Administrativo	180
5.6.	Conclusões.....	183

Capítulo VI

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO CIRURGIÃO PLÁSTICO. A CIRURGIA PLÁSTICA COMO OBRIGAÇÃO DE MEIO	185
6.1. Notas Introdutórias	185
6.2. Definições Conceituais	186
6.3. O Posicionamento das Doutrinas Nacional e Estrangeira.....	189
6.4. O Posicionamento dos Tribunais.....	198
6.5. Conclusões.....	200

Capítulo VII

A ANÁLISE DO CONTRATO DE SERVIÇOS MÉDICOS SOB A PERSPECTIVA DA AUTONOMIA DA VONTADE E DO INADIMPLENTO.....	203
7.1. Contextualização	203
7.2. A atividade médica: obrigação contratual ou relação de consumo?	205
7.3. As características do contrato de serviços médicos.....	212
7.3.1. As obrigações do médico.....	213
7.3.1.1. Obrigações acessórias.....	215
7.3.2. As obrigações do paciente	219
7.4. O inadimplemento e seus efeitos	221
7.5. Conclusões.....	224

Capítulo VIII

RESPONSABILIDADE CIVIL ODONTOLÓGICA: CARACTERÍSTICAS E CONSEQUÊNCIAS	227
---	------------

Capítulo IX

RESPONSABILIDADE CIVIL HOSPITALAR: BREVES NOTAS DOCTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS.....	237
9.1. Notas Introdutórias	237
9.2. O Contrato Hospitalar e seus Elementos Definidores	239
9.2.1. Dos diferentes tipos de contrato hospitalar.....	242
9.3. Elementos Jurisprudenciais.....	248
9.4. Conclusões.....	252

Capítulo X

A RESOLUÇÃO CFM 1805/2006.....	
OS CUIDADOS PALIATIVOS: REFLEXÕES SOBRE SEUS ASPECTOS PSICOLÓGICOS E JURÍDICOS	255

Capítulo XI

ASPECTOS JURÍDICOS DA REPRODUÇÃO <i>POST MORTEM</i> , EM PERSPECTIVA COMPARADA BRASIL-PORTUGAL.....	271
11.1. Apresentação do caso	271
11.2. Reprodução <i>post mortem</i>	274
11.2.1. Inseminação/fertilização <i>post mortem</i>	275
11.2.1.1. As grandes decisões	277
11.2.1.2. Questões atinentes ao consentimento.....	281
11.2.2. Transferência <i>post mortem</i>	282
11.3. A solução à luz da lei portuguesa.....	284
11.4. À solução à luz da lei brasileira.....	285
11.5. Considerações críticas	288

Capítulo XII

O PAPEL DO ADVOGADO NA PREVENÇÃO DE DEMANDAS MÉDICAS	291
12.1. Introdução	291
12.2. A Especialização como Diferencial	293
12.2.1. Diferença de enfoque entre demandas éticas, administrativas e processos judiciais.....	294
12.3. O Aconselhamento Constante e Preventivo	297
12.4. A Necessidade da Construção de Novos Caminhos.....	303
12.5. Conclusões.....	304

Capítulo XIII

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL: FERRAMENTA DE APOIO PARA A PROFILAXIA DO ERRO MÉDICO.....	307
13.1. Introdução	308
13.2. Pano de Fundo para o Debate Atual. Custo x Investimento.....	309
13.3. O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional sob a Ótica do Código Civil	312
13.4. Vantagens e desvantagens	315

13.5. O Seguro como um caminho necessário	321
13.6. Conclusões.....	325

Capítulo XIV

A REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA PANORAMA ATUAL NO DIREITO BRASILEIRO – ASPECTOS LEGAIS E DEONTOLÓGICOS.....	327
14.1. Introdução	327
14.1.1. Direito ao planejamento familiar e à reprodução como direito fundamental.....	329
14.1.2. Do <i>status</i> jurídico do embrião criopreservado	330
14.1.3. Do consentimento na procriação medicamente assistida – do momento limite para sua revogação.....	332
14.2. A construção do ordenamento jurídico em material de reprodução humana assistida	334
14.3. As resoluções do Conselho Federal de Medicina – Eficácia para o preenchimento de lacunas legislativas.....	344
14.4. Desafios para uma construção jurisprudencial	358
14.5. Conclusões.....	372

Capítulo XV

A LEI Nº 25/2016, DE 22 DE AGOSTO, E OS CONTRATOS DE GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO EM PORTUGAL.....	373
Introdução.....	374
15.1. Contrato de gestação de substituição tradicional e por FIV.....	376
15.2. Quem pode recorrer à gestação de substituição em Portugal?.....	379
15.3. Quem pode ser gestante de substituição em Portugal?	383
15.4. A criminalização dos contratos de gestação de substituição a título oneroso.....	385
15.5. Considerações finais.....	388

Capítulo XVI

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL NA MEDICINA – UMA ANÁLISE A PARTIR DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA.....	389
Introdução.....	390
16.1. Notas gerais sobre ética médica e bioética.....	390

16.2. A função social do profissional da medicina e o dever de respeito à autonomia da paciente.....	392
16.3. Violência obstétrica.....	396
16.3.1. Episiotomia.....	396
16.3.2. Cesárea.....	404
16.3.3. Esterilização não consentida.....	408
16.3.4. Outros casos de violência obstétrica.....	413
16.4. Considerações finais.....	418

Capítulo XVII

A INAPLICABILIDADE DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE EM CASOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA NO DIREITO BRASILEIRO.....

17.1. Introdução.....	421
17.2. O sistema jurídico brasileiro de compensação de danos.....	424
17.3. A inadequação da teoria da perda de uma chance à atividade médica....	426
17.4. Uma análise sobre os recentes desenvolvimentos jurisprudenciais.....	432
17.5. Conclusões.....	435

Capítulo XVIII

RECUSA TERAPÊUTICA E OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA. BREVE ANÁLISE DA RESOLUÇÃO 2.232/2019 DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. UM PECULIAR CONCEITO DE AUTONOMIA DO PACIENTE.....

Capítulo XIX	
PROCESSOS ÉTICO-PROFISSIONAIS NO ÂMBITO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE MEDICINA: DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AO ORDENAMENTO JURÍDICO EM QUESTÕES RELATIVAS À PRESCRIÇÃO.....	453
Conclusões.....	465

Capítulo XX

CUIDADOS PALIATIVOS, PRIVACIDADE E INTIMIDADE – OS LIMITES À EXPOSIÇÃO DO PACIENTE E SUAS IMPLICAÇÕES BIOÉTICAS.....

20.1. Introdução.....	467
20.2. Do disciplinamento da publicidade, propaganda, autopromoção e uso de imagem dos pacientes nos códigos de ética das profissões de saúde..	470
20.2.1. Medicina.....	471
20.2.2. Psicologia.....	474

20.2.3. Enfermagem.....	474
20.2.4. Fisioterapia.....	476
20.2.5. Nutrição.....	477
20.2.6. Odontologia.....	478
20.3. Da proteção legal da intimidade e privacidade no direito brasileiro.....	480
20.4. Conclusões.....	482

Capítulo XXI

A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO MANUSEIO E TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS EM SAÚDE – APONTAMENTOS EM RAZÃO DA LGPD.....	485
21.1. Notas Introdutórias.....	485
21.2. Dados Sensíveis em Saúde.....	488
21.3. Do Consentimento para tratamento de dados sensíveis em saúde.....	494
21.4. Responsabilidade ética e responsabilidade civil.....	498
21.5. Considerações finais.....	503

Capítulo XXII

DESAFIOS REGULATÓRIOS PARA A TELEMEDICINA NO ÂMBITO DOS CONSELHOS REGIONAIS E FEDERAL DE MEDICINA	505
22.1. Notas introdutórias.....	505
22.2. O histórico da telemedicina.....	506
22.3. Novos dilemas à espera de soluções no âmbito dos conselhos.....	509
22.4. A LGPD e o atendimento em ambiente não presencial	513
22.5. Das inadequações entre a regulamentação ético-deontológica e a noção de ambiente virtual.....	514
22.6. Conclusões.....	518
REFERÊNCIAS	521